

A CRIAÇÃO DA CATAMUNDAÚ NO BAIRRO VERGEL DO LAGO-MACEIÓ-AL: A CRISE DO COVID-19 E A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO COMBATE À VULNERABILIDADE

*THE CREATION OF CATAMUNDAÚ IN THE VERGEL DO LAGO NEIGHBORHOOD -
MACEIÓ-AL: THE COVID-19 CRISIS AND THE SOLIDARITY ECONOMY
AS A FIGHT AGAINST VULNERABILITY*

Ana Maria Rita Milani¹

Victor José Moraes de Omena²

RESUMO

A pandemia do covid-19 chegou no Brasil num cenário conjuntural de baixo desempenho do crescimento econômico, pouco espaço para a realização de políticas fiscal e monetária o que impactou negativamente no aspecto social. O contexto social no período foi caracterizado com queda da produção, aumento do desemprego e da vulnerabilidade. Assim, o objetivo deste artigo é estudar como o cooperativismo se apresentou como uma possibilidade de superação da situação de vulnerabilidade com a criação da Associação da Catamundaú, no bairro Vergel do Lago-Maceió-AL. A metodologia utilizada corresponde à “pesquisa ação” aplicada pela Incubadora de Tecnologia Social (FEAC-UFAL), utilizando categorias de análise, como: subdesenvolvimento, vulnerabilidade e economia solidária. Podemos observar que no Bairro do Vergel do Lago, em Maceió, a Associação Catamundaú, que realiza a coleta seletiva no local, se apresentou como uma forma de construção de uma prática social que tem na solidariedade e na cooperação sua centralidade, gerando possibilidade de trabalho e renda.

Palavras-chave: economia solidária, vulnerabilidade, Alagoas, Catamundaú.

ABSTRACT

The covid-19 pandemic arrived in Brazil in a context of low growth performance, little space for carrying out fiscal and monetary policies, which had a negative impact on the social aspect. The social context in the period was characterized by a fall in production, an increase in unemployment and vulnerability. Thus, the objective of this article is to study how cooperativism presents itself as a possibility of overcoming the situation of vulnerability with the creation of Catamundaú in the Vergel do Lago-Maceió-AL neighborhood. The methodology used corresponds to the “action research” applied by the Social Technology Incubator (FEAC-UFAL), using categories of analysis: underdevelopment, vulnerability and solidarity economy. We can observe that in the Vergel do Lago neighborhood in Maceió, the Catamundaú Association, which carries out selective collection on the spot, presents itself as a way of building a social practice that has solidarity and cooperation at its center, generating the possibility of work and income.

Keywords: solidarity economy, vulnerability, Alagoas, Catamundaú.

JEL: J54

¹ Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Brasil). Prof. Associada da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (FEAC – UFAL), Brasil. E-mail: anamilan16@hotmail.com

² Graduação em Engenharia de Produção pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas (PPGE-UFAL) e-mail: victor.omena@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A pandemia da covid-19 chegou no Brasil num período cuja economia vinha apresentando um baixo desempenho desde o começo da década de 2010. O primeiro governo de Dilma Rousseff apresentou uma clara desaceleração com relação ao segundo governo de Lula. No período de 2011 a 2014, esse desempenho pode ser relacionado à queda da demanda interna que, em parte, foi conduzida para importações facilitada pela valorização do real, redução dos investimentos (2012 e 2014) e, em parte, pela queda das exportações acompanhadas de um péssimo desempenho (2012, 2013 e 2014). No ano de 2015, as crises institucional e política provocaram uma contração da economia, que se aprofundou com uma política recessiva de corte de gastos e investimentos públicos, além da manutenção de juros elevados. O vice-presidente Michel Temer, que assumiu o governo, em maio de 2016, não reverteu a política econômica recessiva. No período de 2017 a 2019, a economia brasileira continuou com baixo crescimento devido a vários fatores, entre eles, as medidas de políticas fiscal e monetária restritiva, indústria de transformação com queda de produção e operação Lava Jato (COUTO, COUTO, 2021).

A medida em que a pandemia se espalhava, tornou-se evidente a caracterização de uma crise sanitária, econômica e social. Assim, a pandemia afetou o Brasil por meio de dois efeitos: (1) paralisação da atividade econômica interna que já vinha respondendo lentamente desde 2014; e (2) uma forte recessão mundial que afetara a economia brasileira dada sua inserção internacional periférica e dependente no comércio. As medidas de isolamento físico tomadas em função da pandemia provocaram consequências deletérias no mercado de trabalho, gerando perdas de emprego e redução dos níveis salariais, assim como o aumento da informalidade. Como salienta Carvalho (2020), a pandemia afetou a todos, entretanto, os impactos foram maiores nas populações que se encontravam em situação de pobreza e vulnerabilidade, ou seja, a pandemia evidenciou as limitações dos países subdesenvolvidos para o enfrentamento da crise.

Segundo Celso Furtado (1983), o subdesenvolvimento se apresenta como o caso cujo aumento da produtividade e absorção de novas tecnologias não levam a situações de homogeneização social. Nas regiões subdesenvolvidas, a erradicação da pobreza em todas as suas formas acaba se tornando uma meta inatingida, tendo em vista que ela aprofunda a vulnerabilidade social. O desemprego no Brasil aumentou passando de um valor de 8,5%, no ano de 2015, para um patamar de 13,2%, em 2020. Considerando o estado de Alagoas, segundo dados da PNADC, o desemprego aumentou de 11,4%, no ano 2015, para 18,6%, em 2020 (IBGE,2022).

Nesse contexto surgem experimentos sociais que se apresentam sob a forma de cooperativas, associações, clube de trocas e outras, e que marcam uma nova práxis social cuja solidariedade é a sua essência. Evidenciam-se, dessa forma, as contradições genéticas do capital: de um lado elevação imprevisível das forças produtivas e de outro a desnecessidade do trabalho assalariado. Surge como resposta a essas contradições a Associação Catamundaú cujo objetivo principal é promover a coleta seletiva no Bairro do Vergel do Lago-Maceió, Alagoas.

Assim, o objetivo deste artigo é estudar como o cooperativismo se apresenta como uma possibilidade de superação da situação de vulnerabilidade na criação da Catamundaú no bairro Vergel do Lago-Maceió-AL.

Junto a isso, a primeira seção apresenta o marco teórico que delimitará as categorias de análise e conceitos que ajudaram a definir vulnerabilidade e economia solidária. Na segunda seção, é apresentado uma análise empírica do Brasil e de Alagoas em relação aos indicadores sociais, por exemplo, desemprego, pobreza, pobreza extrema, etc. Na terceira seção, será abordada a descrição da catamundaú, assim como a realidade das comunidades da lagoa Mundáú. Por último, são tecidas as considerações finais.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada é resultado da pesquisa instrumentada com ajuda da Incubadora de Tecnologia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (ITS-FEAC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Essa pesquisa caracteriza-se como um processo interativo de (re)educação do trabalho para o trabalho cooperativo, unindo o “saber científico” ao “saber popular” na tentativa de transformação da prática cotidiana. A metodologia pressupõe a pesquisa-ação, na qual se prioriza a interação teórico-prática entre os participantes e parceiros de modo a articular as ações e reflexões a partir das condições dadas. Na pesquisa-ação, o pesquisador deixa claro a relevância da prática e intervenção no processo de investigação. Nessa perspectiva é a pesquisa que articula uma relação entre teoria e prática no processo de construção do conhecimento. Trata-se da condução em que os diversos parceiros interagem a partir das práticas em que estão envolvidos. Ou seja, o ponto de partida é sempre as condições reais e contraditórias dos próprios grupos.. Entende-se que o papel da parceria da Universidade com a cooperativa do projeto (Catamundaú) não é indicar o caminho, mas construir e apontar sugestões e ações a partir da observação da problemática elencada pelos participantes. Não se parte do princípio hierarquizado que prima pela preponderância do saber acadêmico, mas ele é conjugado como força pedagógica e política sendo democratizado na relação com os conhecimentos populares.

3. ALGUNS CONCEITOS: SUBDESENVOLVIMENTO, POBREZA E VULNERABILIDADE

3.1 Subdesenvolvimento na visão de Celso Furtado

Na interpretação de Celso Furtado, o desenvolvimento econômico é visto como um processo histórico que se opõe à visão da teoria convencional, a qual trata de ilustrar ou fatores ou fontes que determinam o crescimento. Para entender esse processo, Furtado (1983) tenta elucidar a trajetória da difusão das técnicas e, posteriormente, das tecnologias criadas pela industrialização. Analisa a influência dessa difusão no passado, no presente e no futuro. O estudo do processo histórico da economia industrial possibilita o entendimento das potencialidades de como ele pode se tornar um gerador do progresso econômico e, também, fonte de desigualdades extremas. Celso Furtado, ao longo de sua discussão, organiza de forma esquemática a relação que existe entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, a partir do estudo para entender como se apresentou o avanço da revolução industrial na Europa. Para o autor, as estruturas subdesenvolvidas se apresentam caracterizadas como híbridas e configuradas a partir da expansão da economia industrial para regiões ocupadas por sistemas econômicos pré-capitalistas.

Assim, Furtado (1963) salienta que o subdesenvolvimento é um processo histórico que se apresenta quando uma empresa capitalista integra o sistema pré-capitalista e, por essa condição, não consegue modificá-la. Ou seja, a empresa capitalista que se insere nessas regiões atrasadas não conseguem vincular-se dinamicamente, sendo que os lucros não são reintegrados na economia local. O grau de subdesenvolvimento está dado pela importância relativa do setor atrasado, tendo como característica um nível elevado de dependência do processo de formação de capital com respeito ao intercâmbio externo devido à falta de diversificação na estrutura de produção. Em geral, a economia subdesenvolvida se especializa na produção de produtos primários que serão exportados ao exterior.

Para Furtado (1963), o desenvolvimento é um processo predominantemente desigual, não existe uniformização do desenvolvimento, pois ele depende da forma como se encontram

as estruturas técnicas, naturais e sociais de cada região. Essa teoria é interpretada como marcos da explicação dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o aumento de produtividade trazem benefícios para a sociedade. Segundo Furtado (2000), a apropriação do excedente foi o que impulsionou o processo acumulativo, tendo como característica social que nas sociedades ele é apropriado por grupos minoritários. Assim, Arthur Lewis (1969) no seu artigo *O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra* argumenta que as economias subdesenvolvidas possuem produtividade marginal do trabalho nula ou negativa. Segundo Lewis, o setor agrícola é o mais dinâmico mas nele encontram-se situações de desemprego disfarçado que limitam o desenvolvimento do mercado interno. Ou seja, o preço do trabalho corresponde ao salário de subsistência, sendo que a mão de obra pouco qualificada é abundante existindo estrangulamento do capital e dos recursos naturais. Ambos autores, Celso Furtado e Arthur Lewis, concordam que o lado da demanda e a produtividade marginal do trabalho são aspectos fundamentais para determinar o subdesenvolvimento. Na próxima seção, apresentaremos alguns conceitos sobre pobreza e vulnerabilidade.

3.2 Pobreza e vulnerabilidade

Existe um consenso entre os cientistas que a pobreza não se relaciona simplesmente com a falta de renda e ela pode ser entendida como um fenômeno complexo caracterizado por carências de diversos tipos de recursos, entre eles a renda. Quando falamos sobre pobreza, imaginamos a situação da falta de recursos básicos para a sobrevivência física de uma pessoa na sociedade. Kageyama e Hoffmann (2006), argumentam que a pobreza pode ser definida por meio de três classificações: a pobreza absoluta, a relativa e a subjetiva, que está condicionada à não satisfação de um mínimo definido socialmente. Assim, a pobreza absoluta refere-se à ausência ou insuficiência de renda para a satisfação das necessidades básicas. Nesse sentido, são classificados como pobres todos os indivíduos que possuem um baixo padrão de renda que impossibilita o acesso às necessidades básicas de manutenção e sobrevivência física. Alguns analistas, entre eles Rocha (2005), sustentam que essa concepção é limitada pois apenas considera a dimensão econômica e subestima outros aspectos relevantes. A pobreza relativa tem como referência uma cesta mínima (bens e serviços) necessária à sobrevivência física. Segundo essa caracterização, são pobres aqueles que têm as necessidades vitais garantidas, mas não conseguem usufruir, objetivamente, dos bens e serviços considerados fundamentais numa sociedade.

Cabe ressaltar que, segundo Rocha (2005), sob o ponto de vista empírico, a pobreza absoluta e a relativa não possuem limites claros. Segundo Espínola e Zimmerman (2012), pobreza subjetiva se baseia no sentimento de impotência e exclusão social. Os indivíduos que se incluem nessa situação são definidos como aqueles cuja renda está abaixo do que eles consideram como o imprescindível para viver. Nessa visão, são consideradas cestas de bens e serviços necessárias à satisfação pessoal e no âmbito da cidadania, incluindo mobilidade social, fatores psicológicos, etc. Um ponto importante com relação à pobreza é entender como é feita a mensuração. Primeiramente, identifica-se a separação da população total em dois conjuntos distintos, os pobres e os não-pobres que pode ser feita com relação às diferentes concepções de pobreza. Contudo, tradicionalmente a renda é utilizada como parâmetro para aferição da pobreza. Logo, a quantificação do número de pobres é feita por meio de medidas monetárias, como a linha de pobreza e de indigência, na qual estabelecem-se um certo nível de renda abaixo do qual as pessoas são consideradas como pobres ou indigentes.

Outras medidas de pobreza podem ser incluídas, por exemplo tratamento de esgoto, taxa de analfabetismo, saneamento básico etc., no entanto, deve-se identificar antes das medições quais variáveis serão incluídas. Segundo Espínola e Zimmermann (2012), no Brasil

utiliza-se como variável de medição da pobreza a renda ou o salário mínimo, frequentemente $\frac{1}{4}$ do valor, ou o custo real de vida das populações de baixa renda. Nesse sentido, a renda familiar per capita é adotada para confronto com a linha de pobreza justamente por agregar os rendimentos, o tamanho e o papel dos membros da família enquanto unidade redistributiva (ROCHA, 2005). Essa medição baseada no salário mínimo tem algumas limitações que se relacionam à variação do salário real. Além disso, a ideia de considerar $\frac{1}{4}$ do referido salário pode não refletir as verdadeiras necessidades assim como os custos de vida distintos causados por diferenças regionais, levando-se em conta que o salário mínimo é determinado nacionalmente. Essa abordagem tende a subestimar a pobreza nas áreas metropolitanas e superestimá-la nas áreas rurais, pois, também, são ignorados os distintos custos de vida dos pobres entre as áreas urbana, rural e metropolitana (ROCHA, 2005). Passamos agora para a definição de vulnerabilidade.

Conforme Katzman (1999), a vulnerabilidade de um indivíduo ou família refere-se a sua maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem estar, isto é, a posse ou o controle dos recursos requeridos (ativos) para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade. Dessa forma, o autor argumenta que a vulnerabilidade à pobreza não se limita em considerar a privação de renda, ela também está relacionada à composição familiar, à qualidade do sistema educacional, às condições do acesso aos serviços de saúde, às oportunidades de trabalho, a existência de garantias legais e políticas etc.

Segundo Castel (1997), o conceito de vulnerabilidade é o mais apropriado para ilustrar situações observadas em países em desenvolvimento, as quais não podem só se referir ao binômio pobre e rico, incluídos e excluídos. Esse conceito, muitas vezes, intenta definir uma “zona de vulnerabilidade” que pode ser formada por setores pobres que procuram ser incluídos ou setores que estão perdendo o acesso a determinados serviços e benefícios e que estão por cima da linha de pobreza ou perderam os canais de inclusão. Assim, existem modificações da zona de vulnerabilidade, na medida em que se apresentam situações, por exemplo, de crise econômica ou a crise sanitária da covid-19. Segundo Castel (1997), a vulnerabilidade social pode ser entendida como a conjugação da precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidades.

A vulnerabilidade pode ser relacionada à ideia de risco frente ao desemprego, à precariedade do trabalho, à pobreza e à falta de proteção social. Embora existam diferentes definições do conceito de vulnerabilidade, pode-se observar um consenso com relação a uma questão fundamental: a possibilidade desse conceito, captar situações intermediárias de risco localizadas entre situações extremas de inclusão e exclusão, dando um sentido dinâmico para o estudo das desigualdades. Segundo Katzman (2001), as zonas de vulnerabilidade social podem ser apreendidas a partir da existência de ativos disponíveis para enfrentar situações de risco. Desse modo, a vulnerabilidade refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam o bem-estar, ou seja, a possibilidade de possuir ativos ou recursos que facilitem o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade. Feitas essas considerações conceituais, na próxima seção passaremos a analisar os dados.

3.3 Economia solidária

O surgimento da economia solidária pode ser interpretado como uma reação às crises cíclicas do capitalismo, que se aprofunda com a implantação do modelo de ajuste estrutural da década de 1990 e à desregulamentação do Estado na economia. Nesse contexto, a economia solidária se apresenta como um marco teórico e empírico que sistematiza a busca por uma sociedade igualitária. Ainda sob o termo economia solidária foi em 1994 que as primeiras publicações aparecem academicamente. No final da década de 1990, o termo economia

solidária passou a ser difundido e amplamente utilizado, ao mesmo tempo em que instituições como associações, sindicatos, incubadoras universitárias, etc. a promovem por intermédio da construção de novos espaços de organização da vida e do trabalho. A solidariedade passa a ser o nexos social, por meio do qual se constituem as organizações produtivas.

Nesse contexto, com redução da presença do Estado; escassez de financiamento público para as demandas sociais; revolução tecnológica provocando profundas transformações no mercado de trabalho, aumento do desemprego, etc, os indivíduos passam a se organizar em grupos autossustentáveis e solidários. O termo economia solidária vai se consolidando à medida que as iniciativas econômicas que vão surgindo são reconhecidas por sua natureza cooperativa, solidária e autogestionária. Nesse sentido, a economia solidária abrange modalidades diversas de organização como as formas informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, comunidades produtivas autóctones, cooperativas de produção, de prestação de serviços, de comercialização e de crédito. A principal característica desses empreendimentos manifesta-se na solidariedade e na socialização dos recursos produtivos (GAIGER, 2004; GAIGER, 2013; GUERRA, 2002; PINTO, 2006). Para esses autores, a solidariedade estimula sistemas mais amplos de reciprocidade com maior equidade entre as partes que intervêm no processo. Os processos de gestão e produção nela praticados podem embasar uma transformação social desenvolvendo o local e a região na qual se encontra.

Exemplo típico são as empresas recuperadas e autogeridas que começam a emergir nesse período, introduzindo elementos de democracia e igualdade (GAIGER, 2013; CULTI, 2002). Indo ao encontro dessas ideias, Gaiger (2013) observa que o surgimento de cooperativas populares dentro da economia solidária, revitaliza a discussão sobre o cooperativismo, frisando que o mesmo nasceu no mesmo berço das lutas sindicais e político-partidárias que formou o movimento operário. Nesse sentido tanto o cooperativismo solidário quanto a economia solidária em pleno século XXI, explica Gaiger (2013), reeditam a estratégia histórica dos trabalhadores. Essa estratégia permite aludir a um paradigma cooperativo, cuja longevidade explica-se por sua consistência utópica, assim como seu pragmatismo e abertura diante das constantes mudanças em que prosperou (NAMORADO, 2007). Chaniel e Laville (2009), ao tentar definir economia solidária, explicam que somente uma teorização que considere a solidariedade como princípio de ações coletivas tem condições de compreender a originalidade que se expressa nestas práticas coletivas. Para Grade (2006) a solidariedade é nexos social que permite aglutinar ao redor de si os trabalhadores para além do salário e do lucro. A solidariedade remete à liberdade e busca de condições intersubjetivas da integridade pessoal e ultrapassa a lógica do interesse.

No Brasil, Paul Singer (2002a) é o autor que pauta consideravelmente esses estudos, uma vez que para ele, a economia solidária é reinventada. Ela surge como modo de produção no interior da sociedade capitalista há cerca de 200 anos. Para o autor, a economia solidária é um modo de produção que se constitui ao lado do modo de produção capitalista, da pequena produção de mercadorias, da produção estatal, da produção privada sem fins de lucro. Para o autor, a economia solidária deverá aproveitar-se do desenvolvimento das forças produtivas; relacionar-se com o mercado capitalista, não privilegiar, nem buscar o isolamento; ela não prescinde inteiramente do Estado, mas deve buscar a sua autonomia; ter como base a história do movimento anticapitalista. Segundo Gaiger (2013), a economia solidária, nos anos 1980, dá continuidade e novo alento a uma história extensa, na qual se contam inúmeras experiências de solidarismo econômico entre os trabalhadores. O Mapeamento Nacional de Economia Solidária, em 2007, registrou mais de 2.100 cooperativas designadas de populares ou de economia solidária. Gaiger (2013) explica que em sua maior parte estas cooperativas recenseadas haviam iniciado suas atividades quinze anos antes do Mapeamento. Segundo o autor, esses empreendimentos se dividem em duas categorias:

(1) aqueles cuja atividade principal representa a fonte primordial de ocupação e de renda dos seus integrantes, desenvolvendo-se por meio de processos de socialização dos meios de produção ou de coletivização do trabalho. Incluem empresas autogestionárias recuperadas, grupos informais de produção, cooperativas agropecuárias e de trabalho, unidades de triagem de resíduos urbanos recicláveis e comunidades tradicionais, como pescadores e extrativistas. (2) Aqueles cuja atividade coletiva principal aporta benefícios e serviços para as economias individuais ou familiares dos seus integrantes. Compreendem as associações de pequenos produtores rurais, centrais de comercialização, cooperativas de habitação, eletrificação e crédito, bancos populares, clubes de troca e hortas comunitárias. Nesses experimentos acentua-se o caráter solidário do cooperativismo, como obra de trabalhadores cooperados, autogestionários, que busca suplantar o cooperativismo tradicional. Verificam-se, também, nas organizações urbanas novas formas que emergem como superação da exclusão e da marginalidade das populações do local, é o que vem ocorrendo em Alagoas, no estudo situado ao longo deste artigo. Nesse sentido a economia solidária pode estar assinalando a construção de novo espaço de transformação social em que a lógica utilitarista passa a ser restrita e novas formas de relações sociais se constituem, como a solidariedade, a cooperação, a autogestão. Esses experimentos, ao longo dos anos de sua constituição, têm somado uma competência que merece ser levantada e sistematizada no sentido de evidenciar o que pode ser entendido como uma nova sociabilidade que aponta um caminho para a transformação social. Essas organizações acionaram ao longo de sua constituição instrumentos pedagógicos, de gestão, de estratégias e de materiais que pode indicar elementos de um novo espaço que se contrapõe e põe em xeque o espaço do capital como forma de reprodução destas populações.

O trabalho e cooperativo age em favor dos produtores, conferindo uma amplitude maior e mais ampla da conotação da eficiência econômica, vinculada à qualidade de vida e a satisfação de objetivos culturais e ético-morais. Nas cooperativas geridas autogestionariamente existe uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza, não se encontram separadas do produto de seu trabalho e o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se ainda insuficientes, para uma experiência integral com a vida laboral e adquirindo, assim, um novo patamar de satisfação não apenas do ponto de vista material ou monetário. Ou seja, nesses espaços o trabalhador emprega o capital, não é empregado por ele (CULT 2002 GAIGER, 2013; GRADE, 2006; NAMORADO 2007). Vale observar nos desdobramentos futuros da economia solidária, se se trata de apenas uma nova prática, a da inserção no mundo do trabalho ou se, nesses experimentos gera-se uma nova consciência que poderá provocar sucessivamente novas mudanças nas práticas. O papel da economia solidária é a importância da autogestão, a qual não é inferior à gestão capitalista para o desenvolvimento das forças produtivas (SINGER, 2002b) por dispor de vantagens comparativas derivadas de sua forma social específica de produção. Feitas essas considerações, na próxima seção serão apresentados os resultados e a caracterização do mercado de trabalho em Alagoas.

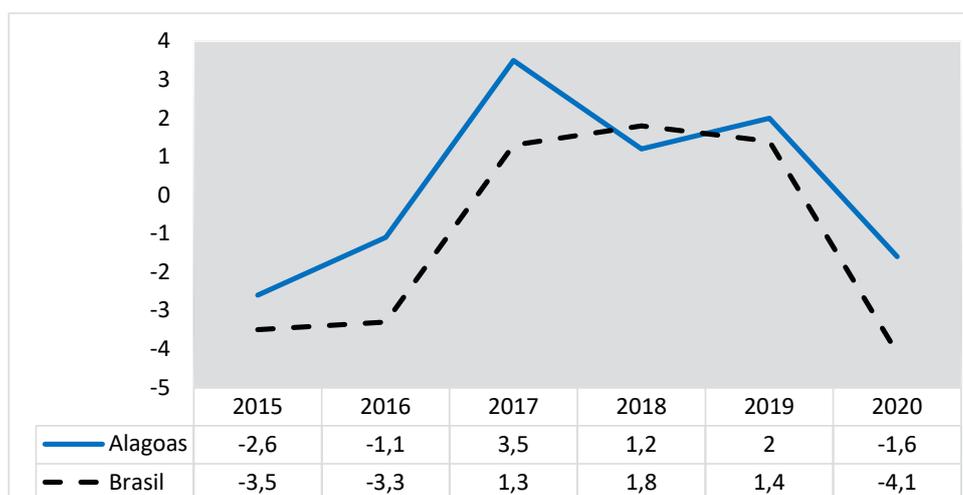
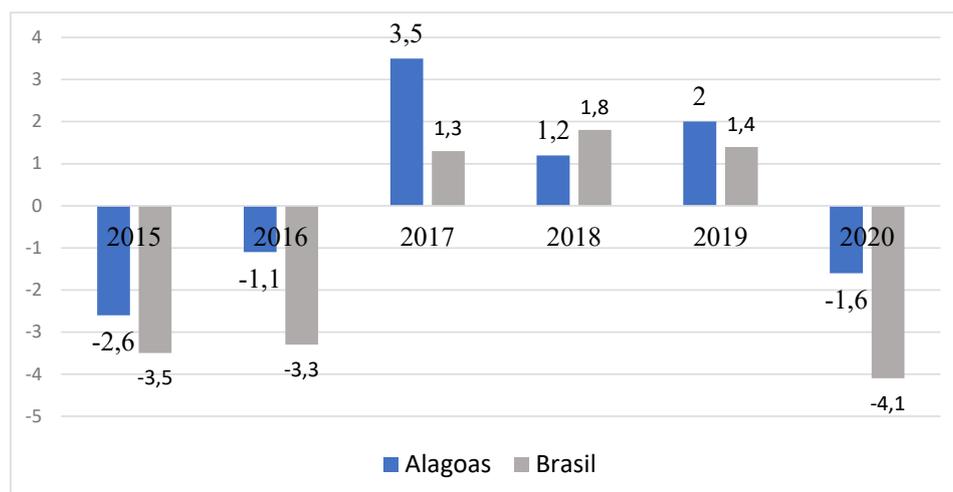
4. BRASIL E ALAGOAS: CONTEXTO ATUAL DO MERCADO DO TRABALHO

Esta seção será destinada a analisar o contexto econômico do Brasil e de Alagoas desde 2015 até a atualidade, escolhendo esse ano que apresentou uma queda mais relevante do Produto Bruto Interno (PIB) de -3,5% e, nos anos seguintes, apresentando uma leve melhoria tendo crescido aproximadamente 1% (IBGE, 2022). Ou seja, a recuperação foi muito tímida e não se consegue encontrar uma trajetória de crescimento. Assim, no Brasil a pandemia vai afetar de forma aguda a trajetória de crescimento da economia que já não tinha um bom desempenho, além de aumentar o grau de incerteza devido às medidas de isolamento social que

restringiram parte significativa das atividades econômicas. Como assinala Carvalho (2020), a pandemia provoca um curto-circuito macroeconômico, porque o distanciamento entre consumidores e produtores transforma-se em interrupções entre a relação da oferta e da demanda, dificultando as possibilidades de dinamizar a economia.

Nesse período, o Brasil estava aplicando várias medidas e reformas de ajuste estrutural que limitaram a ação da política monetária e fiscal, por exemplo, o “teto dos gastos” por meio da PEC 41 e suas modificações, reformas de flexibilização das leis trabalhistas, reforma institucional do mercado de trabalho com extinção do ministério de trabalho e, com isso, a possibilidade de articulação de políticas nessa área, etc. Todas essas medidas deixam pouca margem de ação para qualquer medida de emergência. A crise da covid-19 é diferente de outras, por exemplo a crise de 2008, devido a sua origem assim como pelo tipo de resposta que o Estado deve implementar. Como Carvalho (2020) sustenta, as medidas que devem ser implementadas para combater a pandemia seriam divididas em duas fases: (1) a fase do começo de disseminação do vírus no qual é necessário o isolamento e a garantia de sobrevivência das famílias e empresas; e (2) uma fase que vai poder ser iniciada com queda do número de casos ao óbito e a implementação de testagem em massa. Então, como a autora sustenta, quanto menor a perda empregos e o fechamento de empresas, mais rápido as possibilidades de sair da crise. Como podemos observar no Gráfico 1 a economia apresenta uma tendência de queda da trajetória de crescimento.

FIGURA 1 - BRASIL E ALAGOAS: TAXA DE CRESCIMENTO (%)

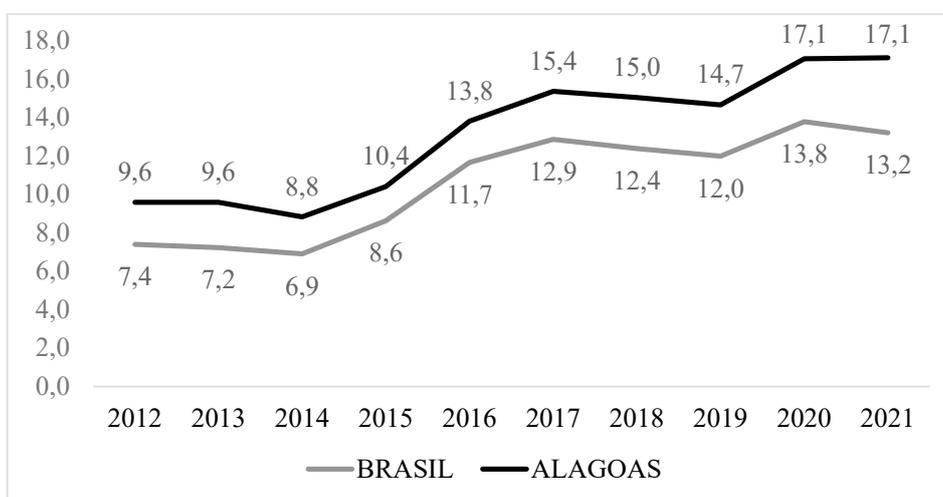


Fonte: Contas Nacionais (IBGE), 2022.

O estado de Alagoas seguiu a tendência da economia nacional, sendo que no ano da pandemia o que contribuiu positivamente para amenizar a queda da produção foi o setor agropecuário refletindo na produção da indústria alimentícia. Como assinala a Carta Conjuntura do IPEA (2020), o setor de comércio apresentou segmentos considerados essenciais que conseguiram crescer no período como a venda de alimentos (supermercados), com uma alta de 14,6% no dessazonalizado e de artigos farmacêuticos, com 1,3%.

As medidas de isolamento que refletiram negativamente no mercado de trabalho, o qual provocará uma redução do consumo das famílias e das possibilidades de geração de renda aumentando a informalidade. O desempenho abaixo do nível de produção afeta as possibilidades de ingresso ao mercado de trabalho, com a queda da demanda por parte das empresas. Podemos observar o comportamento da taxa de desemprego em Alagoas e no Brasil, que apresenta uma tendência crescente refletindo negativamente nas condições sociais.

FIGURA 2 - BRASIL E ALAGOAS: TAXA DE DESEMPREGO (2012-2021)(%).



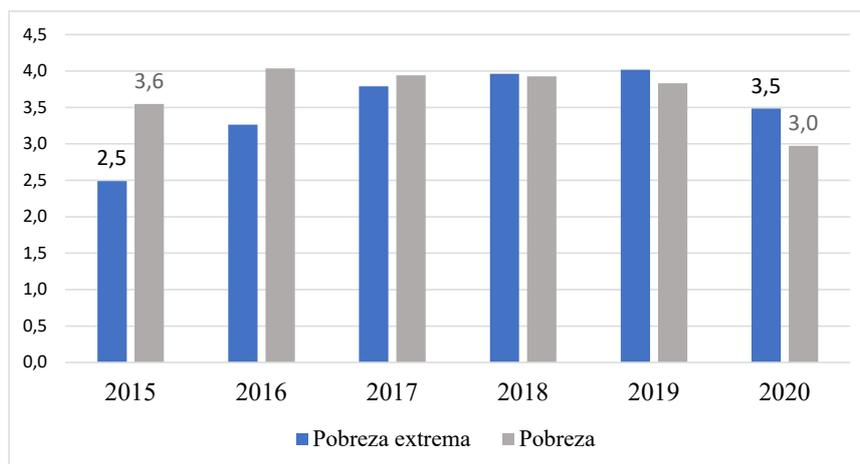
Fonte: PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2022.

4.1 Pobreza e vulnerabilidade no Brasil durante a pandemia do covid-19

Com a forte queda do PIB a nível mundial e local, espera-se que o mercado de trabalho acompanhe essa queda, aumentando a desocupação e a deterioração da qualidade do emprego. O trabalho informal é fonte de renda para muitas famílias no Brasil, sendo a taxa média de informalidade aproximadamente 55%. Muitos desses trabalhadores não possuem acesso aos serviços de saúde e, dadas as características do trabalho que realizam, encontraram-se ainda mais expostos na pandemia. Esses trabalhadores também não possuem mecanismos de substituição de rendas, dado que o seguro de desemprego é associado ao trabalho formal. Estima-se que o impacto no mercado de trabalho depende da estrutura produtiva e da composição do emprego em cada setor. A baixa produtividade do trabalho, sendo uma característica das economias subdesenvolvidas como foi apresentado na primeira seção, limitam qualquer possibilidade de poupança para fazer frente a períodos prolongados de inatividade. Todo esse contexto afetará de forma negativa a dinâmica da pobreza e da desigualdade, modificando e aumentando os níveis de pobreza extrema.

Como podemos observar no Gráfico 3, a pobreza extrema no Brasil cresceu desde 2015 e com o novo pandêmico e pós-pandêmico essa variável pode vir a apresentar dados que aprofundem a situação já negativa.

FIGURA 3 - BRASIL: POBREZA* E POBREZA EXTREMA (%)**



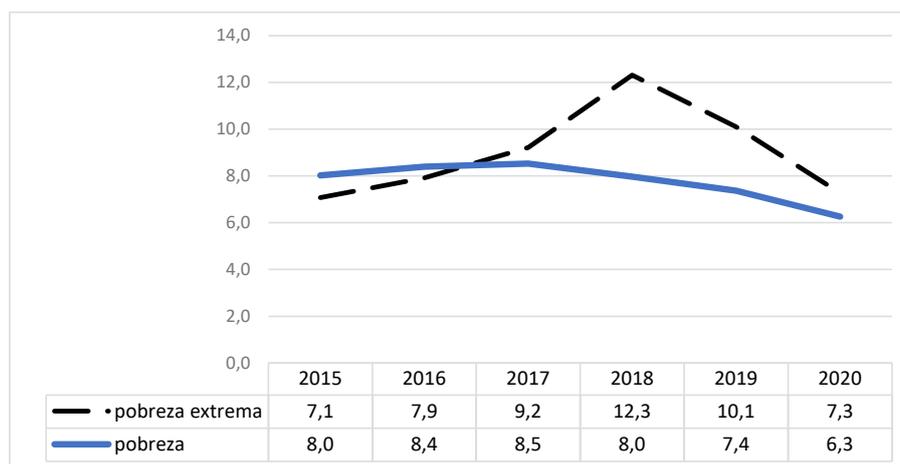
Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020

*Pobreza: percentual de população na linha de pobreza (rendimento domiciliar per capita maior R\$ 89,00 e menor que R\$ 178,00)

**Pobreza extrema: percentual da população abaixo da linha de pobreza (rendimento domiciliar per capita menor que R\$ 89,00).

Com relação ao estado de Alagoas, observa-se no Gráfico 4 que a pobreza extrema apesar de ter uma queda desde 2018 se comparamos com a economia nacional os níveis mais que se duplicam, assim como os valores da pobreza. Isso nos mostra as dificuldades que o estado irá a apresentar no período pandêmico e pós-pandêmico para a inserção da mão-de obra no mercado, colocando as populações pobres “zonas de vulnerabilidade”, como definido na primeira seção desse trabalho.

FIGURA 4 - ALAGOAS: POBREZA* E POBREZA EXTREMA (%)**



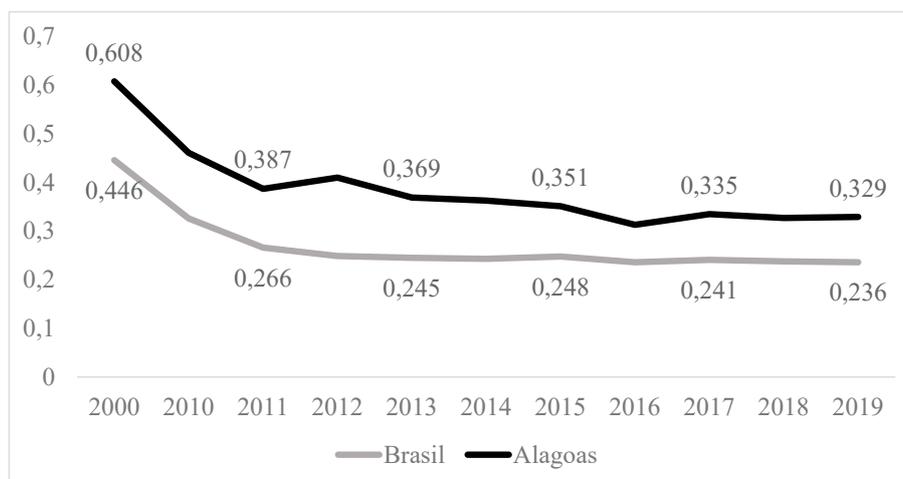
Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020

*Pobreza: percentual de população na linha de pobreza (rendimento domiciliar per capita maior R\$ 89,00 e menor que R\$ 178,00)

**Pobreza extrema: percentual da população abaixo da linha de pobreza (rendimento domiciliar per capita menor que R\$ 89,00).

Com relação à vulnerabilidade, Souza e Hissa (2020) argumentam que o comportamento do índice de vulnerabilidade social para o Brasil e para Alagoas foi de redução. Ou seja, na década de 2000 observa-se uma melhora da situação de vulnerabilidade.

FIGURA 5 - BRASIL E ALAGOAS: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (2000-2019).



Fonte: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022.

Observa-se que até 2019 Alagoas apresentou um nível maior que o Brasil mostrando a precariedade do Estado que perpetuam a situação de subdesenvolvimento. Segundo as faixas de classificação do índice valores entre 0,2 e 0,3 correspondem à baixa vulnerabilidade, sendo a de 0,3 a 0,4 considerado um nível intermediário. A chegada da pandemia refletiu na queda da produção e o aumento da taxa de desemprego, o qual, decerto, produzirá um aumento da vulnerabilidade nos próximos anos.

5. ASSOCIAÇÃO CATAMUNDAÚ: ENFRENTANDO A VULNERABILIDADE

5.1 Contextualização da realidade na beira da lagoa Mundaú – Maceió, Alagoas

Com uma área de 510.655Km², a cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas, tem uma população estimada em 1.025.360 (estimativa, IBGE, 2020), distribuídos em 50 bairros dentro os quais se encontra o Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM). Situado numa área predominantemente de restinga, esse complexo possui um espaço geográfico formado por depósitos arenosos, paralelos a linha da costa, constituinte de diversas ilhas em sua formação (PEDROSA *et al.*, 2017, p. 176). A ação das marés permite a influência direta do mar até uma distância significativa da linha de costa, estendendo-se até, aproximadamente, 25 Km continente adentro. O CELMM abrange sete municípios: a) na lagoa Mundaú, estão Maceió, Rio Largo, Satuba, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco e b) na lagoa Manguaba estão Marechal Deodoro e Pilar. Segundo Wanderley *et al.* (2020) é um dos ambientes mais representativos do litoral alagoano e apresenta um valor socioeconômico significativo para o estado de Alagoas. Assim, esses autores afirmam que o CELMM constitui uma importante fonte de sobrevivência para as populações que vivem em suas margens e dele retiram elevada porcentagem ou a totalidade do seu sustento.

No município de Maceió encontra-se a orla lagunar do Bairro do Vergel do Lago, na qual existe o trecho conhecido como Dique Estrada que se tornou um dos principais focos da proliferação de aglomerados subnormais. O surgimento desses aglomerados pode ser atribuído, em parte, a atividade da pesca artesanal de subsistência fortemente praticada na região que levou a construção dessas moradias irregulares que constituem as favelas: Sururu de Capote, Torre, Muvuca e Mundaú. A maioria da população que vive no local sobrevive em barracos improvisados de forma desordenada.

Pedrosa *et al.* (2017) argumentam que a ocupação em áreas de vulnerabilidade ocorre principalmente pelo alto custo de compra e venda imobiliária, sendo essas regiões extremamente afetadas em decorrência do despejo sem tratamento do esgoto. Além disso, existem outros tipos de poluição como esgoto doméstico, lixo urbano, agrotóxicos utilizados na agricultura e na indústria, queima, corte e aterro de manguezais, etc. Isto afeta a produtividade da atividade pesqueira, no entanto, a Lagoa Mundaú se destaca pela alta produção de sururu, molusco com fonte de proteínas de alto valor biológico e ácidos graxos.

A partir do trabalho de extensão da Incubadora de Tecnologia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (ITS-FEAC) da Universidade Federal de Alagoas, podemos observar como se constituiu a Associação Catamundaú que promove a coleta seletiva na região.

5.2 Surgimento da Associação Catamundaú

A Associação de Catadoras e Catadores da Lagoa Mundaú – Associação Catamundaú é uma instituição de interesse social, sem fins lucrativos, constituída por catadoras e catadores de materiais recicláveis e que tem como objetivo principal promover a coleta seletiva. Primeiramente, surge de forma informal no ano 2020, período de isolamento pela crise sanitária do covid-19, com ajuda de um grupo de catadores individuais que encontravam dificuldades na inserção no mercado de trabalho assim como na geração de renda. Esses catadores percebiam que era mais difícil enfrentar as dificuldades econômicas e de vulnerabilidade individualmente, sendo assim, eles decidem criar a associação. A Associação Catamundaú, que foi criada em 2021, tendo como objeto promover os direitos sociais, a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida dos associados, organizar os catadores e catadoras associados para a prestação de serviços relacionados à coleta seletiva, triagem, armazenagem, reaproveitamento, beneficiamento, reciclagem e apoio à comercialização dos materiais coletados e beneficiados. Atualmente, a coleta do material se realizava de forma manual e com carro de mão no bairro do Vergel.

Sendo assim, o grupo foi identificado e contatado pela Cooperativa dos Catadores da Vila Emater – Coopvila, durante o trabalho de coleta seletiva de recicláveis em posto de entrega voluntária mantido na região sob a responsabilidade da Coopvila. Nesse sentido, a Coopvila que participa da coleta seletiva em Maceió e tem suas bases constitucionais na economia solidária realizou uma parceria para trabalhar em rede com a Catamundaú que ainda carece de maquinários para realizar o trabalho. Nessa parceria, a Coopvila realiza capacitações com relação ao trabalho e processo produção facilitando a prensa do material coletado pela Catamundaú. Nesse experimento de trabalho conjunto, a essência da economia solidária é levada à prática com as ações conjuntas que realizam as cooperativas que são: o processo de produção e comercialização.

O contato com a experiência de organização da Coopvila motivou o grupo a se organizar, buscando o apoio de parceiros que atuavam na região na área do cooperativismo e de apoio comunitário. A adesão voluntária das instituições que hoje se articulam para dar suporte à Associação – a Coopvila, o Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu – CEASB, a Incubadora de Tecnologia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (ITS-FEAC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e o Instituto Ideal, possibilitou o início da capacitação dos catadores, bem como ações pela organização da coleta seletiva em grupo, com o suporte da Coopvila. A associação contou ainda com o apoio do município para cessão de espaço no Ecoponto do Vergel e do Ministério Público do Trabalho. Em parceria com o Instituto IDEAL, o Ministério Público do Trabalho (MPT) garantiu recursos para adquirir equipamentos, transporte, equipamentos de proteção individual e fardamentos. A conquista da sede definitiva é uma das metas fundamentais para a associação que pretende futuramente se transformar numa cooperativa de trabalho.

As parcerias das cooperativas de coleta seletiva e os parceiros institucionais fizeram com que a Catamundaú conseguisse comercializar os materiais recicláveis com ajuda da venda conjunta com a Coopvila. Os laços de solidariedade estabelecidos entre a Catamundaú e Coopvila se apresentaram como uma forma de enfrentar a vulnerabilidade vivenciada pelos cooperados, que permite avançar para novas formas de entendimento de uma sociedade mais solidária.

Atualmente, a Catamundaú conta com dez cooperadas e um cooperado com características de vulnerabilidade correspondente ao local onde moram, analfabetismo, mulheres chefas de família e obtêm uma renda mensal de aproximadamente 300 reais, sendo insuficiente para o sustento de uma família. Porém, a partir da prática do cooperativismo, pode se vislumbrar caminhos que levem a ter ferramentas para superar o subdesenvolvimento e a vulnerabilidade.

Embora a Associação Catamundaú tenha sido criada recentemente, os resultados obtidos por intermédio da pesquisa de campo levada a diante pela Incubadora de Tecnologia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (ITS-FEAC-UFAL) mostraram vários indícios da existência de um trabalho organizativo e institucional com evidências de sustentabilidade. Essas características foram apresentadas como “fatores positivos” que levaram as cooperadas e os cooperados a persistirem nessa forma de produção. Foram observados também, por meio dos relatos, as dificuldades enfrentadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que limitaram as possibilidades de desenvolvimento. Assim, a partir desse levantamento podemos resumir essas características no Quadro 1.

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS POSITIVAS E NEGATIVAS DA ASSOCIAÇÃO CATAMUNDAÚ.

Características Positivas	Características Negativas
Cooperação	Falta de equipamentos para o processo produtivo
União	Falta de espaço físico para realização da produção
Colaboração com outras cooperativas	Falta de políticas públicas
Busca de conhecimento	

Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

A partir do Quadro 1, podemos dizer que a Associação Catamundaú apresenta uma dinâmica social capaz de se transformar em ferramenta para amenizar as condições adversas e vulnerável que caracteriza os cooperados, gerando renda e dignificando o trabalho. Assim, esses experimentos fazem emergir uma nova forma de entender a dinâmica social, cuja economia solidária facilita a construção de uma nova práxis que tem um nexos social com as especificidades do local caracterizado com pobreza e vulnerabilidade.

Nas economias subdesenvolvidas cujas forças produtivas não conseguem absorver a mão de obra caracterizada com baixa produtividade, como mencionado por Lewis (1969), a economia solidária se apresenta como uma via de geração de trabalho e renda para populações que vivem em “zonas de vulnerabilidade” e que teriam limitações para o ingresso no mercado de trabalho, sobretudo, por conta da elevada taxa de desemprego, caracterizando assim uma situação de oferta ilimitada de mão de obra.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do covid-19 apresentou-se num contexto de baixo crescimento econômico, indicadores sociais com desempenhos medíocres e vulnerabilidade macroeconômica.

O mercado de trabalho sofreu o impacto das medidas de isolamento que afetaram o andamento das atividades econômicas. Assim, o desemprego aumentou e, com ele, a precarização do mercado de trabalho e o aumento da informalidade. Isso afetará todas as dimensões de pobreza, bem como também aumentar a vulnerabilidade.

O contexto social no Brasil e em Alagoas, no começo da década 2010, se apresentou foi caracterizado pelo aumento do desemprego e dificuldades de absorção da mão-de-obra. Fato esses que foram aprofundados pela pandemia da covid-19. Sendo assim, deve-se gerar respostas para a situação de emergência que visem aumentar a proteção social para evitar a grave deterioração das condições de vida e bem-estar da sociedade.

Num contexto adverso marcado pela precariedade do trabalho, pela falta de moradia e saneamento, pela baixa renda, etc., surgem experimentos sociais que, de forma contraditória ao capitalismo, mostram caminhos possíveis de produção e reprodução da vida. Esse caminho se vislumbra por meio da autogestão que oferece a possibilidade de trabalhadoras excluídas encontrarem formas de valorização do trabalho. A partir da experiência de pesquisa relatada neste artigo, podemos observar que no Bairro do Vergel do Lago, em Maceió, a Associação Catamundaú se apresentou como uma forma de construção de uma prática social que tem na solidariedade e na cooperação sua centralidade.

Assim, esta pesquisa identificou como os trabalhadores utilizam sua criatividade de forma alternativa para sobreviver. As formas sociais burguesas não mais dão possibilidades de subsistência, o que faz com que o desenvolvimento da sociedade seja pautado pelo exclusão social. O experimento social da Catamundaú, em Maceió (AL) evidencia que a economia solidária pode se transformar num processo de desenvolvimento local, cujo trabalho manual da coleta seletiva e seu processo de produção pode se transformar em fonte de geração de renda e de valorização do trabalho de pessoas que vivem em “zonas de vulnerabilidade”. O ambiente assim gerado é propício e apresenta um elevado grau de potencial para o desenvolvimento econômico e do local.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Laura. *Curto-circuito. O vírus e a volta do Estado*. São Paulo: Todavia, 2020.
- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. (orgs.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.
- CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. “Associativismo”, In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. (orgs.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.
- COUTO, Ana Cristina Lima; COUTO, Joaquim Miguel. A nova “década perdida” do Brasil (2011-2020). *A economia em Revista*, Maringá, v. 29 n. 3, p. 87-99, 2021.
- CULTI, Maria Nezilda. *El cooperativismo popular en Brasil: Importancia y Representatividad*. In: CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002, Amsterdam. *Congresso [...] Amsterdam: University of Amsterdam, 2002*.
- ESPÍNOLA, Gepherson Macedo; ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Definição e mensuração da pobreza: algumas considerações sobre o debate recente. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2012, Niterói. *Congresso [...] Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012*.

- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- FURTADO, Celso. *Teoria e Política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento*. Enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz & Terra, 2000.
- GAIGER, Luiz Inácio. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Bernardo do Campo, v. 28, n. 82, p. 211-259, 2013.
- GRADE, Marlene. *Fórum do Maciço do Morro da Cruz e AGRECO como espaço transitório: germinando a espacialização de relações solidárias em Santa Catarina*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Carta de Conjuntura nº. 47. 2º Trimestre de 2020. Brasília, DF: IPEA, 2020.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Índice de vulnerabilidade social. Brasília, DF: IPEA, 2022.
- KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas: v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.
- KAZTMAN, Rubén. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista de la CEPAL*, Santiago do Chile, n. 75, p. 171-189, 2001.
- LEWIS, Arthur. Desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Sampal Pal. (orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969: 406-456.
- NAMORADO, Rui. Cooperativismo: história e horizontes. *Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania*, Coimbra, v. 1, p. 9-35, 2007.
- PEDROSA, Alan do Nascimento; MEDEIROS, Maria dos Prazeres Santos; NASCIMENTO, Rodrigo Vanderalan; GALVÃO, Vivianny Kelly. DiqueEstrada: desvendando os impasses para o desenvolvimento nas comunidades da lagoa Mundáu-Maceió-AL. *Revista de Desenvolvimento Social*, Montes Claros, v. 21, n. 1, p. 173-184, 2017.
- PINTO, João Roberto Lopes. *Economia solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.
- SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002b.
- SOUZA, Maria Isabel; HISSA, Kueler Teixeira. Uma análise espacial da vulnerabilidade social em Alagoas: evidências sobre mulheres e crianças. *Economía. Sociedad y territorio*, Toluca, v. 19 n. 61, p. 451-477, 2019.

WANDERLEY, Alinne Diana Pinho; MENDONÇA, Andre Gustavo Ribeiro; OLIVEIRA, Luciana Camargo de; FIGUEREIREDO, Isis Martins; FERNANDES, Andrea Pires; BATALHA, Luan Tavares; BOTERO, Wander Gustavo. Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba: caracterização da matéria orgânica natural e interação com íons Hg. *Revista Química Nova*, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 206-211, 2020.

Recebido em: 01/06/2022

Aceito para publicação em: 03/11/2022